



Plano de prevenção de riscos  
de corrupção e infrações conexas  
Relatório de execução

Janeiro – dezembro 2018



FUNDO  
DE RESOLUÇÃO



# Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

## Relatório de execução

Janeiro – dezembro 2018



Lisboa, 2019  
[www.fundoderesolucao.pt](http://www.fundoderesolucao.pt)



# Índice

- 1 Introdução e enquadramento do exercício | 5
- 2 Identificação de riscos e medidas de mitigação: avaliação do estado de implementação do Plano de Prevenção | 6
- 3 Conclusões | 7

## Anexo – Identificação de Riscos e Medidas de Mitigação | 9

- 1 Secretário-Geral | 10
- 2 Área de Resolução | 11
- 3 Área de Apoio aos Fundos | 12
- 4 Área de Contabilidade e Controlo | 13
- 5 Área de Serviços Jurídicos | 15
- 6 Área de Averiguação e Ação Sancionatória | 16
- 7 Área de Pagamentos | 17
- 8 Área de Relações Internacionais | 18
- 9 Área de Serviços de Apoio | 18
- 10 Área de Comunicação | 20
- 11 Área de Gestão de Risco | 20
- 12 Área de Auditoria Interna | 21
- 13 Área de Estabilidade | 21
- 14 Área de Proteção de Dados | 22



# 1 Introdução e enquadramento do exercício

Em cumprimento das Recomendações emitidas pelo Conselho de Prevenção de Corrupção no sentido de os órgãos dirigentes máximos das entidades gestoras de dinheiros, valores ou património públicos, seja qual for a sua natureza, deverem adotar e divulgar Planos de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, o Fundo de Resolução adotou em 2018, um Plano com referência ao período compreendido entre janeiro e dezembro de 2017 (doravante 'Plano de Prevenção' ou 'PPC')<sup>1</sup> – disponível aqui, [PPC – 2018](#).

O presente exercício de verificação destina-se a avaliar a atualidade dos riscos identificados em cada uma das áreas de negócio e a adequação e eficácia das medidas de mitigação e prevenção implementadas. Sempre que, por evolução de contexto ou reconhecimento de oportunidades de melhoria, são registadas alterações, essas alterações são assinaladas no Relatório Anual de Execução.

Nos termos do respetivo regime legal, o Fundo de Resolução funciona junto do Banco de Portugal, ao qual cabe assegurar os serviços técnicos e administrativos indispensáveis ao bom funcionamento do Fundo. Para além de um conjunto de unidades orgânicas do Banco que, no âmbito da respetiva área de competência, prestam estes serviços ao Fundo, cabe ao Gabinete de Conformidade a responsabilidade pela função de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas.

É assim ao abrigo desta responsabilidade que é elaborado o presente Relatório de Execução, aprovado pela Comissão Diretiva do Fundo e no qual se apresentam os resultados da avaliação referente ao período compreendido entre janeiro e dezembro de 2018, mantendo a desagregação de tarefas com base na qual foi desenvolvido, em 2018, o Plano de Prevenção.

Para cada uma das áreas de negócio, o Relatório de Execução assinala, com base na informação disponibilizada pelos responsáveis de primeira linha, as alterações verificadas e avalia a conformidade das medidas adotadas, do ponto de vista da sua adequação e eficácia.

Mantém-se a informação relativa à caracterização, organização e funcionamento do Fundo de Resolução descrita no Plano de Prevenção aprovado, que aqui se dá por reproduzida.

A data de referência da informação aqui transmitida é 31 de dezembro de 2018.

1. Planos de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, Recomendação do CPC de 1 de julho de 2009;  
Publicidade dos Planos de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, Recomendação do CPC de 7 de abril de 2010;  
Planos de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, Recomendação do CPC de 1 de julho de 2015.

## 2 Identificação de riscos e medidas de mitigação: avaliação do estado de implementação do Plano de Prevenção

A gestão de risco, no quadro do sistema de controlo interno, parte sempre do pressuposto de que o risco – como «o evento, situação ou circunstância futura com probabilidade de ocorrência e potencial consequência positiva ou negativa na consecução dos objetivos de uma unidade organizacional» – é uma realidade indissociável da atividade desenvolvida pelas organizações.

Não sendo elimináveis, os riscos têm de ser identificados, comunicados, aceites, categorizados e geridos através de planos eficientes, eficazes e adaptados à realidade organizativa e funcional da instituição.

Seguindo a metodologia adotada pelo Banco de Portugal no controlo e gestão destes riscos o Plano de Prevenção permitiu identificar um conjunto de atitudes ou comportamentos suscetíveis de configurar ilícitos de corrupção ou conexos, e que, para facilidade de leitura do presente Relatório, são apresentados de forma sistematizada:

- Falta de isenção e imparcialidade por influência de interesses específicos, alheios ao Fundo de Resolução;
- Utilização/Divulgação de informação privilegiada e/ou confidencial em benefício ou detrimento de interesses específicos;
- Aceitação de benefícios em troca da concessão de vantagens e/ou favorecimentos na condução dos processos decisórios internos;
- Omissão/manipulação de informação com o objetivo de condicionar as decisões da Comissão Diretiva do Fundo de Resolução;
- Influência externa sobre trabalhadores do Banco para assegurarem a representação institucional do Fundo de Resolução.

Por seu turno, entre as estratégias de proteção e prevenção destaca-se um conjunto de sete medidas:

- Aplicabilidade do *Código de Conduta dos Trabalhadores do Banco de Portugal* e do *Regulamento da Comissão de Ética e dos Deveres Gerais de Conduta dos Trabalhadores do Banco de Portugal*, incluindo as limitações específicas aplicáveis aos designados insiders;
- Preparação e tomada de decisões assente numa estrutura de validações hierárquicas;
- Aplicação do princípio dos quatro olhos – os processos são validados por vários intervenientes de vários níveis hierárquicos;
- Existência de controlos gerais dos sistemas informáticos e de controlos aplicacionais;
- Autonomização das funções de Gestão de Risco, Auditoria e *Compliance*;
- Existência de manuais de procedimentos;
- Dever de segredo do Banco de Portugal (art.º 80.º do *Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras*).



### 3 Conclusões

Reforçar uma cultura de integridade, honestidade, lealdade e transparência inerente ao desempenho das responsabilidades profissionais associadas ao cumprimento de uma missão de interesse público tem sido um dos principais objetivos do Gabinete de Conformidade no Banco de Portugal.

Todos os trabalhadores que exercem funções nas unidades orgânicas do Banco de Portugal que prestam os serviços técnicos e administrativos indispensáveis ao bom funcionamento do Fundo de Resolução estão sujeitos, como trabalhadores do Banco de Portugal, a um rigoroso regime ético e de conduta.

No pressuposto que uma sólida cultura de integridade e lealdade contribui para um ambiente de controlo interno mais robusto e de maior intolerância a comportamentos irregulares e ilícitos, a prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas de uma instituição é tanto mais eficiente quanto melhor implementada e interiorizada estiver essa cultura. Em 2018, no quadro da atividade desenvolvida junto das estruturas orgânicas do Banco de Portugal, o Gabinete de Conformidade procurou reforçar a estrutura de controlos e mecanismos de consciencialização da importância da prevenção destes riscos.

Em matéria de ética e conduta, foi reforçada a aplicação do regime normativo interno, através da sistematização dos procedimentos de prevenção de conflito de interesses e de controlo dos limites às transações financeiras privadas, a cargo do Gabinete de Conformidade e da Comissão de Ética. É de destacar, neste âmbito, a assinatura do pacto de não concorrência por todos os trabalhadores com cargos de gestão de topo, que visa mitigar o risco de conflito de interesses no momento em que cessam as funções no Banco de Portugal. Na verificação do cumprimento das regras que impõem limitações específicas à realização de transações financeiras privadas, em 2018 realizou-se, pela primeira vez, o procedimento de controlo, com a recolha de informação sobre a titularidade de contas bancárias e de títulos, a prestação de declarações pessoais de compromisso e a obtenção, junto das instituições financeiras, de declarações que confirmam a não realização de operações sujeitas a condições.

Entre 2017 e 2018, o Gabinete promoveu 37 ações de formação, de frequência obrigatória, nas quais participaram 857 trabalhadores. No contexto europeu, registaram-se progressos significativos com a aprovação, pelo Banco Central Europeu, do Código de Conduta Único, que veio harmonizar os níveis de exigência e os mecanismos de controlo aplicáveis aos membros dos órgãos de decisão dos bancos centrais e autoridades de supervisão.

Numa avaliação do trabalho desenvolvido, constata-se que as medidas de ação definidas no *Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do Fundo de Resolução* foram cumpridas de forma satisfatória, devendo manter-se, no essencial, a metodologia de acompanhamento e verificação da adequação e eficácia dos controlos instituídos.



# Anexo – Identificação de Riscos e Medidas de Mitigação

Numa análise transversal das competências exercidas pelo Fundo de Resolução, focada na identificação das situações que, no âmbito de cada uma das funções de negócio, podem consubstanciar risco de corrupção e infrações conexas, foi utilizada a classificação de tarefas na qual se baseia o processo de gestão de risco operacional (ORM).

Cada área específica de intervenção foi desagregada num conjunto de atividades e responsabilidades, relativamente às quais foram identificados os eventos de riscos, as medidas de mitigação instituídas (concretizadas em normas, políticas e procedimentos de controlo) e, sempre que necessário, foram indicadas medidas de prevenção suplementares para mitigação da probabilidade de ocorrência destes incidentes.

Como resultado deste levantamento exaustivo, a par da atividade desenvolvida pelo Secretário-Geral do Fundo de Resolução, foram identificadas as atividades de apoio técnico e administrativo asseguradas pelas unidades orgânicas do Banco de Portugal que, pela sua natureza intrínseca, se apresentam como mais suscetíveis a riscos desta natureza, que se passam a detalhar, e que integram as alterações ocorridas em 2018.

# 1 Secretário-Geral

Atividades desenvolvidas	Riscos associados	Mecanismos de prevenção e/ou mitigação
<p>Apoio à Comissão Diretiva no exercício e na coordenação da sua atividade.</p> <p>Proposta à Comissão Diretiva de estudos e análises técnicas relacionados com o funcionamento e a atividade do Fundo de Resolução, garantindo o respetivo acompanhamento e coordenação.</p> <p>Coordenação da articulação funcional entre as unidades orgânicas do Banco de Portugal que asseguram os serviços técnicos e administrativos ao Fundo de Resolução.</p>	<p>Utilização/divulgação de informação privilegiada e/ ou confidencial relacionada com as instituições participantes no Fundo de Resolução ou com outras entidades com relação institucional com esse Fundo para benefício próprio ou de terceiros;</p> <p>Aceitação de benefícios em troca da concessão de vantagens e/ou favorecimentos;</p> <p>Omissão/manipulação de informação com o objetivo de condicionar as decisões da Comissão Diretiva do Fundo de Resolução;</p> <p>Aconselhamento insuficiente ou desadequado à Comissão Diretiva do Fundo de Resolução propiciando decisões erradas ou desajustadas face à situação concreta que possam causar prejuízo ou desproteção ao Fundo.</p>	<p>Aplicabilidade do <i>Código de Conduta dos Trabalhadores do Banco de Portugal</i> e do <i>Regulamento da Comissão de Ética e dos Deveres Gerais de Conduta dos Trabalhadores do Banco de Portugal</i>, incluindo as limitações específicas aplicáveis aos designados insiders;</p> <p>Dever de segredo do Banco de Portugal (artigo 80.º do RGICSF);</p> <p>Existência de controlos gerais dos sistemas informáticos e de controlos aplicacionais;</p> <p>Autonomização das funções de Gestão de Risco, Auditoria e <i>Compliance</i>;</p> <p>Controlo interno de conformidade com o regime do <i>Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados</i> e de legislação nacional que o complementa;</p> <p>Reuniões regulares da Comissão Diretiva do Fundo de Resolução de acompanhamento e controlo das atividades.</p>
<p>Secretariado das reuniões da Comissão Diretiva, elaborando as atas e assegurando a gestão da documentação associada aos processos de decisão.</p>	<p>Utilização/divulgação de informação privilegiada e/ ou confidencial relacionada com as instituições participantes no Fundo de Resolução ou com outras entidades com relação institucional com esse Fundo para benefício próprio ou de terceiros;</p> <p>Aceitação de benefícios em troca da concessão de vantagens e/ou favorecimentos;</p> <p>Omissão/manipulação de informação com o objetivo de condicionar as decisões da Comissão Diretiva do Fundo de Resolução;</p> <p>Aconselhamento insuficiente ou desadequado à Comissão Diretiva do Fundo de Resolução propiciando decisões erradas ou desajustadas face à situação concreta que possam causar prejuízo ou desproteção ao Fundo.</p>	<p>Aplicabilidade do <i>Código de Conduta dos Trabalhadores do Banco de Portugal</i> e do <i>Regulamento da Comissão de Ética e dos Deveres Gerais de Conduta dos Trabalhadores do Banco de Portugal</i>, incluindo as limitações específicas aplicáveis aos designados insiders;</p> <p>Dever de segredo do Banco de Portugal (artigo 80.º do RGICSF);</p> <p>Existência de controlos gerais dos sistemas informáticos e de controlos aplicacionais;</p> <p>Autonomização das funções de Gestão de Risco, Auditoria e <i>Compliance</i>;</p> <p>Controlo interno de conformidade com o regime do <i>Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados</i> e de legislação nacional que o complementa;</p> <p>Reuniões regulares de acompanhamento e controlo das atividades;</p> <p>Revisão e assinatura das atas das reuniões da Comissão Diretiva por todos os seus membros.</p>

## 2 Área de Resolução

Atividades desenvolvidas	Riscos associados	Mecanismos de prevenção e/ou mitigação
Apoio técnico e de secretariado da Comissão Diretiva do Fundo de Resolução e execução das suas decisões.	Falta de isenção e imparcialidade por influência de interesses específicos, alheios ao Fundo de Resolução;	Aplicabilidade do <i>Código de Conduta dos Trabalhadores do Banco de Portugal</i> e do <i>Regulamento da Comissão de Ética e dos Deveres Gerais de Conduta dos Trabalhadores do Banco de Portugal</i> , incluindo as limitações específicas aplicáveis aos designados insiders;
Coordenação e acompanhamento do processo de preparação do relatório e contas do Fundo de Resolução.	Utilização/divulgação de informação privilegiada e/ ou confidencial relacionada com as instituições participantes no Fundo de Resolução ou com outras entidades com relação institucional com esse Fundo para benefício próprio ou de terceiros;	Dever de segredo do Banco de Portugal (artigo 80.º do RGICSF);
Operacionalização e gestão do sítio da <i>internet</i> do Fundo de Resolução, sua permanente atualização e introdução de novos conteúdos.	Aceitação de benefícios em troca da concessão de vantagens e/ou favorecimentos;	Existência de controlos gerais dos sistemas informáticos e de controlos aplicacionais;
<i>Follow-up</i> das medidas de resolução aplicadas pelo Banco de Portugal em virtude do papel do Fundo de Resolução como mecanismo de financiamento dessas medidas.	Omissão/manipulação de informação com o objetivo de condicionar as decisões da Comissão Diretiva do Fundo de Resolução;	Autonomização das funções de Gestão de Risco, Auditoria e <i>Compliance</i> ;
Aperfeiçoamento do quadro normativo nacional relativo ao Fundo de Resolução.	Aconselhamento insuficiente ou desadequado à Comissão Diretiva do Fundo de Resolução propiciando decisões erradas ou desajustadas face à situação concreta que possam causar prejuízo ou desproteção ao Fundo.	Controlo interno de conformidade com o regime do <i>Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados</i> e de legislação nacional que o complementa;
Acompanhamento dos procedimentos de contratação de serviços necessários ao exercício da atividade do Fundo de Resolução e produção de conteúdos para os mesmos.		Aplicação das regras internas em vigor no Banco de Portugal quanto à gestão de informação confidencial e classificada;
Acompanhamento dos processos judiciais propostos contra o Fundo de Resolução ou nos quais o mesmo seja citado a intervir e produção de conteúdos para os mesmos.		Existência de uma estrutura de validação hierárquica do trabalho efetuado pelos técnicos;
Gestão dos empréstimos contraídos por parte do Fundo de Resolução.		Promoção do trabalho em equipa;
Acompanhamento da execução dos contratos de venda do Novo Banco, S.A.		Planeamento detalhado das várias atividades a desenvolver e avaliação periódica do seu grau de execução;
Representação do Fundo de Resolução nas Comissões de Credores das instituições de crédito objeto de aplicação de medidas de resolução pelo Banco de Portugal, na sequência e em virtude da prestação de apoio financeiro a essas medidas.		Exigência de rigor e completude da informação proporcionada com impacto nos processos de avaliação de desempenho;
Resposta a requerimentos administrativos, consultas, pedidos de informação e pedidos de documentação dirigidos ao Fundo de Resolução pelas instituições participantes ou por terceiros.		Controlo da informação numa base de <i>need to know</i> ;
Realização dos trabalhos necessários à entrega pelas instituições participantes das contribuições iniciais, periódicas e periódicas adicionais devidas ao Fundo de Resolução.		Segregação física e eletrónica do acesso a informação;
Realização dos trabalhos necessários à transferência das contribuições periódicas para o Fundo Único de Resolução.		Existência de um sistema de gestão documental que regista toda a correspondência e documentação;
		Existência de mecanismos de acesso restrito a processos confidenciais;
		Existência de registos de acessos aos documentos e a sistemas.

### 3 Área de Apoio aos Fundos

Atividades desenvolvidas	Riscos associados	Mecanismos de prevenção e/ou mitigação
Realização de propostas de alteração ao Plano de Aplicações do Fundo de Resolução quando as mesmas se revelem necessárias.	Falta de isenção e imparcialidade por influência de interesses específicos, alheios ao Fundo de Resolução;	Aplicabilidade do <i>Código de Conduta dos Trabalhadores do Banco de Portugal</i> e do <i>Regulamento da Comissão de Ética e dos Deveres Gerais de Conduta dos Trabalhadores do Banco de Portugal</i> , incluindo as limitações específicas aplicáveis aos designados insiders;
Execução das tarefas inerentes à gestão dos ativos financeiros do Fundo de Resolução de acordo com o Plano de Aplicações e com observância das orientações definidas pela Comissão Diretiva do Fundo.	Utilização/divulgação de informação privilegiada e/ou confidencial relacionada com as instituições participantes no Fundo de Resolução ou com outras entidades com relação institucional com esse Fundo para benefício próprio ou de terceiros;	Dever de segredo do Banco de Portugal (artigo 80.º do RGICSF); Existência de controlos gerais dos sistemas informáticos e de controlos aplicativos;
Apresentação à Comissão Diretiva do Fundo de Resolução de informações de gestão adequadas ao acompanhamento do Plano de Aplicações e propostas quanto à estratégia de investimento dos ativos financeiros do Fundo.	Aceitação de benefícios em troca da concessão de vantagens e/ou favorecimentos;	Autonomização das funções de Gestão de Risco, Auditoria e <i>Compliance</i> ;
Secretariado das reuniões da Comissão Diretiva do Fundo de Resolução quando se discutam matérias relacionadas com a gestão dos ativos financeiros do Fundo	Omissão/manipulação de informação com o objetivo de condicionar as decisões da Comissão Diretiva do Fundo de Resolução;	Funções de Gestão de Risco e <i>Compliance</i> implementadas ao nível da UAF no respeitante aos riscos incidentes sobre a atividade de gestão de ativos do Fundo de Resolução;
Articulação com o DCC para efeitos da adequada relevação contabilística das operações financeiras	Aconselhamento insuficiente ou desadequado à Comissão Diretiva do Fundo de Resolução propiciando decisões erradas ou desajustadas face à situação concreta que possam causar prejuízo ou desproteção ao Fundo.	Controlo interno de conformidade com o regime do <i>Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados</i> e de legislação nacional que o complementa;
Articulação com as entidades externas e com outras estruturas orgânicas do Banco de Portugal, no âmbito dos serviços de custódia de títulos.		Segregação de funções entre diferentes unidades de estrutura da UAF, nomeadamente no que respeita às atividades de gestão de ativos, processamento de operações, controlo de riscos e processamento contabilístico;
Gestão de tesouraria do Fundo de Resolução, incluindo a abertura, gestão e movimentação de contas bancárias, bem como a gestão dos pagamentos de fornecimentos e serviços de terceiros.		Existência de um Plano de Aplicações dos recursos financeiros do Fundo de Resolução, com limites de desvio face à carteira de referência aprovada pela respetiva Comissão Diretiva;
Colaboração com o DCC na elaboração dos registos contabilísticos e no cumprimento das obrigações fiscais do Fundo de Resolução		Existência de restrições à realização de transferências bancárias (envolvimento de mais do que um elemento ou unidade de estrutura da UAF, limites máximos diários e lista fechada de contas de destino elegíveis);
Disponibilização, no âmbito das ações de auditoria às contas do Fundo de Resolução, da informação solicitada pelas entidades encarregues daquelas ações		Monitorização de saldos bancários diretamente nas plataformas eletrónicas disponibilizadas pelas instituições financeiras e reconciliação diária dos mesmos;
Apoio à elaboração do orçamento anual de despesas e na preparação do relatório anual de gestão do Fundo.		Realização de transações por recurso a leilões em plataformas eletrónicas, garantindo evidência da realização das mesmas em condições de <i>best execution</i> ;
		Aplicação do princípio dos quatro olhos na validação de transações financeiras – os processos são validados por vários intervenientes de vários níveis hierárquicos;
		Existência de uma estrutura de validação hierárquica do trabalho efetuado pelos técnicos;
		Existência de um sistema de gestão documental que regista toda a correspondência e documentação;
		Existência de um sistema de informação transversal aos diferentes núcleos da UAF envolvidos na gestão de ativos e respetivo controlo;
		Controlo da informação numa base de <i>need to know</i> ;
		Segregação física e eletrónica do acesso a informação;
		Existência de controlo de acessos aos sistemas de informação utilizados;
		Aplicação das regras internas em vigor no Banco de Portugal quanto à gestão de informação confidencial e classificada.

# 4 Área de Contabilidade e Controlo

Atividades desenvolvidas	Riscos associados	Mecanismos de prevenção e/ou mitigação
Definição e implementação, em articulação com a UAF, das normas e procedimentos contabilísticos a adotar no processamento de operações com incidência financeira	Utilização/divulgação de informação privilegiada e/ ou confidencial relacionada com as instituições participantes no Fundo de Resolução ou com outras entidades com relação institucional com esse Fundo para benefício próprio ou de terceiros.	Aplicabilidade do <i>Código de Conduta dos Trabalhadores do Banco de Portugal</i> e do <i>Regulamento da Comissão de Ética e dos Deveres Gerais de Conduta dos Trabalhadores do Banco de Portugal</i> , incluindo as limitações específicas aplicáveis aos designados insiders; Existência de controlos gerais dos sistemas informáticos e de controlos aplicacionais; Autonomização das funções de Gestão de Risco, Auditoria e <i>Compliance</i> ;
Execução da contabilidade do Fundo de Resolução, em articulação com a UAF		Existência de uma estrutura de validação hierárquica do trabalho efetuado pelos técnicos;
Execução dos procedimentos de controlo interno contabilísticos com vista ao assegurar da credibilidade da informação contabilística		Aplicação do princípio dos quatro olhos – os processos são validados por vários intervenientes de vários níveis hierárquicos;
Preparação e controlo dos elementos de informação orçamental do Fundo de Resolução e respetivo reporte ao Secretário-Geral do Fundo e à UAF		Existência de manuais de procedimentos;
Elaboração periódica das demonstrações financeiras do Fundo de Resolução		Existência de processos assentes em sistemas de informação robustos que cumprem as normas de segurança definidas pelo Banco de Portugal.
Cumprimento das obrigações fiscais do Fundo de Resolução	Utilização/divulgação de informação privilegiada e/ ou confidencial relacionada com as instituições participantes no Fundo de Resolução ou com outras entidades com relação institucional com esse Fundo para benefício próprio ou de terceiros;	Aplicabilidade do <i>Código de Conduta dos Trabalhadores do Banco de Portugal</i> e do <i>Regulamento da Comissão de Ética e dos Deveres Gerais de Conduta dos Trabalhadores do Banco de Portugal</i> , incluindo as limitações específicas aplicáveis aos designados insiders;
Promoção do cumprimento da legislação e regulamentação em vigor sobre fiscalização e prestação de contas	Omissão/manipulação de informação com o objetivo de condicionar as decisões da Comissão Diretiva do Fundo de Resolução;	Existência de controlos gerais dos sistemas informáticos e de controlos aplicacionais;
Apuramento dos custos de funcionamento do Fundo de Resolução que são imputáveis ao Banco de Portugal e que têm impacto patrimonial nas contas do Banco	Aceitação de benefícios em troca da concessão de vantagens e/ou favorecimentos;	Dever de segredo do Banco de Portugal (artigo 80.º do RGICSF);
	Incumprimento de prazos legais.	Autonomização das funções de Gestão de Risco, Auditoria e <i>Compliance</i> ;
		Controlo interno de conformidade com o regime do <i>Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados</i> e de legislação nacional que o complementa;
		Aplicação das regras internas em vigor no Banco de Portugal quanto à gestão de informação confidencial e classificada;
		Acordo de Nível de Serviço para os compromissos de reporte, celebrado entre as diferentes unidades de estrutura do Banco de Portugal que apoiam o Fundo de Resolução;
		Existência de circuitos de realização de despesa para cumprimento das regras inerentes às aquisições de bens e serviços;

Atividades desenvolvidas	Riscos associados	Mecanismos de prevenção e/ou mitigação
		<p>Existência de uma estrutura de validação hierárquica do trabalho efetuado pelos técnicos;</p> <p>Promoção do trabalho em equipa;</p> <p>Planeamento detalhado das várias atividades a desenvolver e avaliação periódica do seu grau de execução;</p> <p>Controlo de prazos;</p> <p>Acompanhamento corrente e monitorização das responsabilidades do Fundo de Resolução;</p> <p>Exigência de rigor e completude da informação proporcionada com impacto nos processos de avaliação de desempenho;</p> <p>Controlo da informação numa base de <i>need to know</i>;</p> <p>Segregação física e eletrónica do acesso a informação;</p> <p>Existência de um sistema de gestão documental que regista toda a correspondência e documentação;</p> <p>Existência de mecanismos de acesso restrito a processos confidenciais;</p> <p>Existência de registos de acessos aos documentos e a sistemas.</p>



# 5 Área de Serviços Jurídicos

Atividades desenvolvidas	Riscos associados	Mecanismos de prevenção e/ou mitigação
Elaboração de pareceres e participação em estudos técnicos sobre matérias relacionadas com o funcionamento e a atividade do Fundo de Resolução, no âmbito das respetivas atribuições	Falta de isenção e imparcialidade por influência de interesses específicos, alheios ao Fundo de Resolução; Aconselhamento insuficiente ou desadequado que propicie decisões suscetíveis de causar prejuízo ao Fundo de Resolução.	Aplicabilidade do <i>Código de Conduta dos Trabalhadores do Banco de Portugal</i> e do <i>Regulamento da Comissão de Ética e dos Deveres Gerais de Conduta dos Trabalhadores do Banco de Portugal</i> , incluindo as limitações específicas aplicáveis aos designados insiders; Aplicação das regras internas em vigor no Banco de Portugal quanto à gestão de informação confidencial e classificada; Existência de uma estrutura de validação hierárquica do trabalho efetuado pelos técnicos.
Prestação de apoio técnico que se mostre necessário à preparação e à execução dos procedimentos conducentes à prestação de apoio financeiro a medidas de resolução aplicadas pelo Banco de Portugal	Falta de isenção e imparcialidade por influência de interesses específicos, alheios ao Fundo de Resolução; Aconselhamento insuficiente ou desadequado que propicie decisões suscetíveis de causar prejuízo ao Fundo de Resolução;	Aplicabilidade do <i>Código de Conduta dos Trabalhadores do Banco de Portugal</i> e do <i>Regulamento da Comissão de Ética e dos Deveres Gerais de Conduta dos Trabalhadores do Banco de Portugal</i> , incluindo as limitações específicas aplicáveis aos designados insiders;
Prestação de apoio técnico que se mostre necessário à preparação das atividades subsequentes à aplicação pelo Banco de Portugal de medidas de resolução em que sejam utilizados recursos financeiros do Fundo de Resolução, designadamente no âmbito de processos judiciais ou do acompanhamento das instituições objeto daquelas medidas, das instituições de transição ou dos veículos de gestão de ativos	Incumprimento de prazos judiciais.	Aplicação das regras internas em vigor no Banco de Portugal quanto à gestão de informação confidencial e classificada; Existência de uma estrutura de validação hierárquica do trabalho efetuado pelos técnicos;
Patrocínio forense do Fundo de Resolução ou, quando esses serviços forem contratados a entidades externas, promoção da articulação com as entidades que assegurem esse patrocínio		Controlo de prazos judiciais.
Acompanhamento da execução dos contratos de venda do Novo Banco, S.A.		

# 6 Área de Averiguação e Ação Sancionatória

Atividades desenvolvidas	Riscos associados	Mecanismos de prevenção e/ou mitigação
<p>Instrução dos procedimentos de contraordenação aquando do incumprimento das obrigações de contribuição para o Fundo de Resolução</p> <p>Reporte regular de cariz estatístico das guias de pagamento da coima e das custas processuais emitidas, anuladas/substituídas e liquidadas</p>	<p>Falta de isenção e imparcialidade por influência de interesses específicos, alheios ao Fundo de Resolução;</p> <p>Utilização/divulgação de informação privilegiada e/ ou confidencial relacionada com as instituições participantes no Fundo de Resolução ou com outras entidades com relação institucional com esse Fundo para benefício próprio ou de terceiros;</p> <p>Aceitação de benefícios em troca da concessão de vantagens e/ou favorecimentos;</p> <p>Omissão/manipulação de informação com o objetivo de condicionar a tomada de decisões.</p>	<p>Aplicabilidade do <i>Código de Conduta dos Trabalhadores do Banco de Portugal</i> e do <i>Regulamento da Comissão de Ética e dos Deveres Gerais de Conduta dos Trabalhadores do Banco de Portugal</i>, incluindo as limitações específicas aplicáveis aos designados insiders;</p> <p>Existência de controlos gerais dos sistemas informáticos e de controlos aplicativos;</p> <p>Dever de segredo do Banco de Portugal (artigo 80.º do RGICSF);</p> <p>Autonomização das funções de Gestão de Risco, Auditoria e <i>Compliance</i>;</p> <p>Existência de uma estrutura de validação hierárquica do trabalho efetuado pelos técnicos;</p>
<p>Identificação do destinatário do valor das coimas aplicadas aquando da elaboração das guias de pagamento da coima e das custas processuais</p>	<p>Incorreta identificação do destinatário do valor das coimas aplicadas, em benefício ou detrimento de interesses específicos.</p>	<p>Aplicação do princípio dos quatro olhos – os processos são validados por vários intervenientes de vários níveis hierárquicos;</p> <p>Partilha de tarefas por equipas de trabalho;</p> <p>Existência de registos de acesso a documentos;</p> <p>Existência de manuais de procedimentos;</p> <p>Sistema de registo e tratamento da informação com requisitos de segurança reforçados.</p>

## 7 Área de Pagamentos

Atividades desenvolvidas	Riscos associados	Mecanismos de prevenção e/ou mitigação
Movimentação da conta de depósito à ordem do Fundo de Resolução constituída junto do Banco de Portugal de acordo com as ordens e instruções do Secretário-Geral do Fundo	Manipulação intencional dos dados recebidos nas instruções de pagamento; Destruição intencional das instruções de pagamento recebidas.	Aplicabilidade do <i>Código de Conduta dos Trabalhadores do Banco de Portugal</i> e do <i>Regulamento da Comissão de Ética e dos Deveres Gerais de Conduta dos Trabalhadores do Banco de Portugal</i> , incluindo as limitações específicas aplicáveis aos designados insiders; Introdução de pagamentos em nome dos depositantes do AGIL efetuada de acordo com regras estritas e princípios de segregação de funções; Receção de instruções de pagamento através de um número de <i>fax</i> eletrónico, o qual gera notificações para os endereços de correio eletrónico dos colaboradores responsáveis pelo processamento dos pagamentos; Verificação e controlo semestral dos acessos dos utilizadores aos sistemas.
Apoio no âmbito do processo de cobrança das contribuições devidas pelas instituições participantes ao Fundo de Resolução	Erro no controlo das contribuições recebidas; Falha na informação transmitida pelo DPG ao Fundo de Resolução.	Aplicabilidade do <i>Código de Conduta dos Trabalhadores do Banco de Portugal</i> e do <i>Regulamento da Comissão de Ética e dos Deveres Gerais de Conduta dos Trabalhadores do Banco de Portugal</i> , incluindo as limitações específicas aplicáveis aos designados insiders; Envio pelo DPG ao Fundo de Resolução, mediante mensagem de correio eletrónico, no final do dia, dos comprovantes das contribuições creditadas na conta do Fundo; Envio pelo DPG ao Fundo de Resolução do extrato de conta sempre que a mesma é movimentada; Verificação pelo DPG das contribuições recebidas no ficheiro das contribuições recebido da UAF, com base nos comprovantes das operações liquidadas a crédito da conta do Fundo de Resolução.

# 8 Área de Relações Internacionais

Atividades desenvolvidas	Riscos associados	Mecanismos de prevenção e/ou mitigação
Apoio à preparação da tradução especializada de documentação elaborada pelo Fundo de Resolução, em especial o relatório anual e contas do Fundo de Resolução	Utilização/divulgação de informação privilegiada e/ ou confidencial relacionada com as instituições participantes no Fundo de Resolução ou com outras entidades com relação institucional com esse Fundo para benefício próprio ou de terceiros; Falta de rigor/erros ou falhas na tradução com impacto negativo no Fundo de Resolução;	Aplicabilidade do <i>Código de Conduta dos Trabalhadores do Banco de Portugal</i> e do <i>Regulamento da Comissão de Ética e dos Deveres Gerais de Conduta dos Trabalhadores do Banco de Portugal</i> , incluindo as limitações específicas aplicáveis aos designados insiders; Aplicação do princípio dos quatro olhos – os processos são validados por vários intervenientes de vários níveis hierárquicos; Existência de uma estrutura de validação hierárquica do trabalho efetuado pelos técnicos;
Registo da representação internacional do Fundo de Resolução	Registo incompleto nas listagens da representação internacional associadas ao Fundo de Resolução com impacto negativo na partilha de informação.	Existência do Guia de Procedimentos do Centro de Tradução; Existência do Guia do Utilizador do Portal do ARI; Identificação do ponto de contacto ou interlocutor.

# 9 Área de Serviços de Apoio

Atividades desenvolvidas	Riscos associados	Mecanismos de prevenção e/ou mitigação
Apoio na expedição de correspondência do Fundo de Resolução	Utilização/divulgação de informação privilegiada e/ ou confidencial relacionada com as instituições participantes no Fundo de Resolução ou com outras entidades com relação institucional com esse Fundo para benefício próprio ou de terceiros.	Contratação de um prestador de serviços certificado para o tratamento de documentação (na perspetiva de segurança da informação); Área de trabalho de acesso condicionado; Estação de trabalho com configurações de segurança específicas (por exemplo, portas de comunicação e USB bloqueadas); Acesso à Internet e fileshare bloqueados; Videovigilância dos postos de trabalho (em implementação).
Apoio na gestão do arquivo do Fundo de Resolução	Utilização/divulgação de informação privilegiada e/ ou confidencial relacionada com as instituições participantes no Fundo de Resolução ou com outras entidades com relação institucional com esse Fundo para benefício próprio ou de terceiros.	Aplicabilidade do <i>Código de Conduta dos Trabalhadores do Banco de Portugal</i> e do <i>Regulamento da Comissão de Ética e dos Deveres Gerais de Conduta dos Trabalhadores do Banco de Portugal</i> , incluindo as limitações específicas aplicáveis aos designados insiders; Existência de registos de acessos aos documentos e a sistemas; Autonomização das funções de Gestão de Risco, Auditoria e Compliance; Reduzido número de colaboradores com acesso à base de dados de catalogação do arquivo; Segregação física e eletrónica do acesso a informação.

Atividades desenvolvidas	Riscos associados	Mecanismos de prevenção e/ou mitigação
Apoio na instrução e condução de procedimentos de contratação por parte do Fundo de Resolução	<p>Aceitação de benefícios em troca da concessão de vantagens e/ou favorecimentos;</p> <p>Omissão/manipulação de informação com o objetivo de condicionar a tomada de decisões;</p> <p>Influência externa sobre funcionários do Banco de Portugal para a escolha de fornecedores específicos;</p> <p>Utilização/divulgação de informação privilegiada e/ ou confidencial relacionada com as entidades concorrentes para benefício próprio ou de terceiros;</p> <p>Falta de isenção e imparcialidade por influência de interesses específicos, alheios ao Fundo de Resolução.</p>	<p>Aplicabilidade do <i>Código de Conduta dos Trabalhadores do Banco de Portugal</i> e do <i>Regulamento da Comissão de Ética e dos Deveres Gerais de Conduta dos Trabalhadores do Banco de Portugal</i>, incluindo as limitações específicas aplicáveis aos designados insiders;</p> <p>Aplicabilidade do Regulamento da Função Compras;</p> <p>Existência do Plano de Compras;</p> <p>Segregação de responsabilidades ao nível da formação e da execução dos contratos – Órgão Adquirente vs Gestor da Execução dos Contratos (GEC);</p> <p>Existência de uma estrutura de validação hierárquica do trabalho efetuado pelos técnicos;</p> <p>Aplicação do princípio dos quatro olhos – os processos são validados por vários intervenientes de vários níveis hierárquicos;</p> <p>Constituição do júri de procedimentos por elementos do Órgão Adquirente, Órgão Técnico e Órgão Requisitante;</p> <p>Distribuição aleatória dos processos de compra;</p> <p>Utilização de sistemas eletrónicos para gestão documental, registo e processamento das operações, nomeadamente da plataforma eletrónica de compras públicas, com acesso restrito e controlado à informação;</p> <p>Consulta de vários fornecedores em ajustes diretos e existência de independência entre o proponente e o órgão decisor;</p> <p>Diferentes níveis de decisão: decisão efetiva de despesa prévia ao início de procedimento de aquisição;</p> <p>Delegação de poderes, por limites de valores, para aprovação das aquisições;</p> <p>Existência de manuais de procedimentos;</p> <p>Existência de controlos gerais dos sistemas informáticos e de controlos aplicacionais;</p> <p>Autonomização das funções de Gestão de Risco, Auditoria e <i>Compliance</i>;</p> <p>Elaboração de relatórios de indicadores de gestão;</p> <p>Publicitação atempada dos procedimentos no portal base.gov.</p>

# 10 Área de Comunicação

Atividades desenvolvidas	Riscos associados	Mecanismos de prevenção e/ou mitigação
Relacionamento com os <i>media</i>	Utilização/divulgação de informação privilegiada e/ ou confidencial para benefício próprio ou de terceiros;  Omissão/manipulação de informação com o objetivo de condicionar as decisões da Comissão Diretiva do Fundo de Resolução.	Aplicabilidade do <i>Código de Conduta dos Trabalhadores do Banco de Portugal</i> e do <i>Regulamento da Comissão de Ética e dos Deveres Gerais de Conduta dos Trabalhadores do Banco de Portugal</i> , incluindo as limitações específicas aplicáveis aos designados insiders;  Existência de controlos gerais dos sistemas informáticos e de controlos aplicacionais;  Existência de uma estrutura de validação hierárquica do trabalho efetuado pelos técnicos.

# 11 Área de Gestão de Risco

Atividades desenvolvidas	Riscos associados	Mecanismos de prevenção e/ou mitigação
Emissão de pareceres no âmbito da alterações ao Plano de Aplicações do Fundo de Resolução quando as mesmas se revelem necessárias	Utilização/divulgação de informação privilegiada e/ ou confidencial relacionada com as instituições participantes no Fundo de Resolução ou com outras entidades com relação institucional com esse Fundo para benefício próprio ou de terceiros;  Falta de isenção e imparcialidade por influência de interesses específicos, alheios ao Fundo de Resolução;  Condicionalismo ou inibição na prestação de informação relevante e na implementação de medidas de mitigação, em benefício próprio ou de terceiros.	Aplicabilidade do <i>Código de Conduta dos Trabalhadores do Banco de Portugal</i> e do <i>Regulamento da Comissão de Ética e dos Deveres Gerais de Conduta dos Trabalhadores do Banco de Portugal</i> , incluindo as limitações específicas aplicáveis aos designados insiders;  Existência de uma estrutura de validação hierárquica do trabalho efetuado pelos técnicos;  Partilha de informação pelos vários intervenientes responsáveis pela atividade;  Existência de registos de acessos aos documentos e a sistemas;  Existência de mecanismos de acesso restrito a informações confidenciais.

# 12 Área de Auditoria Interna

Atividades desenvolvidas	Riscos associados	Mecanismos de prevenção e/ou mitigação
Realização de auditoria às demonstrações financeiras do Fundo de Resolução e demais trabalhos de auditoria à atividade do Fundo que se revelem necessários	Utilização/divulgação de informação privilegiada e/ ou confidencial para benefício próprio ou de terceiros; Reporte inadequado ou incorreto, influenciado por interesses específicos que afetam a isenção e imparcialidade técnicas.	Aplicabilidade do <i>Código de Conduta dos Trabalhadores do Banco de Portugal</i> e do <i>Regulamento da Comissão de Ética e dos Deveres Gerais de Conduta dos Trabalhadores do Banco de Portugal</i> , incluindo as limitações específicas aplicáveis aos designados insiders; Subscrição de acordos de não concorrência em cargos de gestão (pacto de não concorrência); Adoção das Normas Internacionais de Auditoria Interna e Código de Conduta dos Auditores Internos; Obrigatoriedade de confirmação anual de independência dos auditores; Controlos gerais dos sistemas informáticos e controlos aplicacionais; Funções de Gestão de Risco, Auditoria e <i>Compliance</i> implementadas.

# 13 Área de Estabilidade

Atividades desenvolvidas	Riscos associados	Mecanismos de prevenção e/ou mitigação
Participação na elaboração de pareceres e estudos técnicos sobre matérias relacionadas com o funcionamento e a atividade do Fundo de Resolução, no âmbito das respetivas atribuições	Falta de isenção e imparcialidade por influência de interesses específicos, alheios ao Fundo de Resolução; Omissão/manipulação de informação com o objetivo de condicionar as decisões da Comissão Diretiva do Fundo de Resolução; Utilização/divulgação de informação privilegiada e/ ou confidencial relacionada com as instituições participantes no Fundo de Resolução ou com outras entidades com relação institucional com esse Fundo para benefício próprio ou de terceiros; Aceitação de benefícios em troca da concessão de vantagens e/ou favorecimentos.	Aplicabilidade do <i>Código de Conduta dos Trabalhadores do Banco de Portugal</i> e do <i>Regulamento da Comissão de Ética e dos Deveres Gerais de Conduta dos Trabalhadores do Banco de Portugal</i> , incluindo as limitações específicas aplicáveis aos designados insiders; Dever de segredo do Banco de Portugal (artigo 80.º do RGICSF); Existência de uma estrutura de validação hierárquica do trabalho efetuado pelos técnicos; Existência de uma articulação intra e interdepartamental; Existência de manuais de procedimentos; Existência de controlos gerais dos sistemas informáticos e de controlos aplicacionais; Autonomização das funções de Gestão de Risco, Auditoria e <i>Compliance</i> .

# 14 Área de Proteção de Dados

Atividades desenvolvidas	Riscos associados	Mecanismos de prevenção e/ou mitigação
Realização de auditorias periódicas aos serviços do Fundo de Resolução	Utilização/divulgação de informação privilegiada e/ ou confidencial relacionada com as instituições participantes no Fundo de Resolução ou com outras entidades com relação institucional com esse Fundo para benefício próprio ou de terceiros; Falta de isenção e imparcialidade por influência de interesses específicos, alheios ao Fundo de Resolução.	Aplicabilidade do <i>Código de Conduta dos Trabalhadores do Banco de Portugal</i> , do <i>Regulamento da Comissão de Ética e dos Deveres Gerais de Conduta dos Trabalhadores do Banco de Portugal</i> e do Estatuto do Encarregado da Proteção de Dados previsto no <i>Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados</i> ; Dever de segredo do Banco de Portugal (artigo 80.º do RGICSP); Aplicação das regras internas em vigor no Banco de Portugal quanto à gestão de informação confidencial e classificada; Autonomização das funções de Gestão de Risco, Auditoria e <i>Compliance</i> ; Controlo interno de conformidade com o regime do <i>Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados</i> e de legislação nacional que o complementa; Existência de controlos gerais dos sistemas informáticos e de controlos aplicacionais; Existência de registos de acessos aos documentos e a sistemas; Estrutura de reporte direto ao Vice-Governador do Banco de Portugal com este pelouro; Possibilidade de sindicância administrativa para a Comissão Nacional de Proteção de Dados, bem como de sindicância judicial.





